



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AMANDA VILA NOVA

O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA:

Um olhar para a História, Concepção Funcional, e Espacial no Século XVI

RECIFE

2021

AMANDA VILA NOVA

O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA:

Um olhar para a História, Concepção Funcional, e Espacial no Século XVI

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Boto Leite.

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237r

Nova, Amanda Vila

O Real Colégio Jesuíta de Olinda:: Um olhar para a História, Concepção Funcional, e Espacial no Século XVI /
Amanda Vila Nova. - 2021.
37 f. : il.

Orientador: Bruno Martins Boto Leite.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,
Recife, 2021.

1. Companhia de Jesus. 2. Arquitetura Colonial. 3. Colégio Jesuíta de Olinda. 4. Francisco Dias. I. Leite, Bruno
Martins Boto, orient. II. Título

CDD 909

AMANDA VILA NOVA

O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA:

Um olhar para a História, Concepção Funcional, e Espacial no Século XVI

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Recife, 15 de julho de 2021

BANCA EXAMINADORA

Bruno Martins Boto Leite
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Margareth da Silva Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROURB/UFRJ

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

RECIFE

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA, CONCEPÇÃO FUNCIONAL, E ESPACIAL NO SÉCULO XVI	7
INTRODUÇÃO	7
O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE A - Ilustrações	25
ANEXO A - Figuras e quadro de acordo com a regra da revista	27
ANEXO B - Regras da revista	32

APRESENTAÇÃO

A discussão que propomos neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), surgiu como um desdobramento da pesquisa de iniciação científica (PIC) iniciada em 2018¹. Em nossos estudos analisamos a trajetória pessoal e profissional do arquiteto jesuíta Francisco Dias dentro da Companhia de Jesus, e buscamos avaliar seu saber e suas aplicações nas construções dos três Colégios jesuíticos, considerados os mais importantes da América Portuguesa, sendo eles: o Colégio da Bahia, do Rio de Janeiro e de Olinda. Diante disso, tomamos como principal objeto de estudo o Real Colégio Jesuíta de Olinda, por termos mais informações ao alcance da mão sobre ele e por ser um dos poucos, como o Colégio da Bahia, que não foi demolido por completo, carregando assim, nas suas paredes, símbolos da sua arquitetura quinhentista.

Tendo como objetivo principal descrever e compreender a sua idealização projetual; sua história; função social; o fortalecimento da Companhia de Jesus através deste centro de aprendizagem, cultura e política, bem como, a sua concepção estilística, funcional e espacial. Nosso trabalho se justifica pelo fato dos estudos dos historiadores em relação a arquitetura produzida pelos Jesuítas no Brasil serem referentes às igrejas Jesuítas, dando pouco foco ao complexo construtivo em torno da edificação, e sem compreender a parte funcional dos colégios. É a partir disso que justificamos a importância da nossa pesquisa, esta que terá como alvo o Real Colégio de Olinda, conservando o estudo das igrejas como auxílio para o nosso trabalho, assim ampliando o nosso interesse para a questão funcional, de modo a compreender a sua concepção sem nos abstermos da análise da estética e estilística da edificação. E como resultado, fizemos um quadro de reformas ao longo dos anos para que de forma regressiva chegássemos na suposta fachada do século XVI;

De acordo com as normas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é aceita como modalidade de TCC a elaboração de um artigo científico, sendo essa a nossa escolha para atingirmos o requisito de obtenção do título de licenciada em História. Salientamos que a padronização do artigo apresentado segue as normas de submissão da Revista de História da UNICAP.

Esperamos ao final deste estudo colaborar com as pesquisas historiográficas, revelando os aspectos socioculturais e estético-religiosas na concepção do Real Colégio Jesuíta de Olinda, contribuindo para novos debates e apresentando sua importância como objeto de análise

¹ Projeto PIC-UFRPE 2018-2019, O arquiteto Jesuíta Francisco Dias: E a concepção funcional dos Reais colégios da Companhia de Jesus no Brasil, Séculos XVI e XVII”, orientado pelo Prof. Dr. Bruno Martins Boto Leite.

histórica com auxílio de outras ciências como a arquitetura, arqueologia, sociologia e filosofia. Ampliando assim, o entendimento sobre a arquitetura jesuítica produzida na América Portuguesa.

Por ser arquiteta formada pela Universidade Católica de Pernambuco em 2012, este conhecimento prévio me deu embasamento para ver com outros olhos a arquitetura produzida pelos jesuítas. Para além da documentação textual e iconográfica, mas entrando no campo da interpretação do monumento como um lugar de memória, no qual produz um discurso através da união do seu papel social e político. Essa experiência anterior ao curso de História, me ajudou na escolha de trabalhar em uma temática que unisse de forma interdisciplinar os dois cursos, resultando neste trabalho, ao qual me proponho estudar a edificação do Colégio Jesuíta de Olinda no Século XVI, interpretando o monumento do ponto de vista científico.

Por fim, gostaria de deixar aqui os meus agradecimentos ao professor Dr. Bruno Martins Boto Leite, que me apresentou a temática da arquitetura jesuítica, as suas orientações me passaram uma rica experiência, sendo imprescindível nessa minha jornada acadêmica, acreditando sempre na minha pesquisa e em mim. O seu acervo pessoal nesta caminhada de pesquisa teve um importante espaço na minha produção científica, além da construção de pensamento e no entendimento do nosso fazer história.

O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA, CONCEPÇÃO FUNCIONAL, E ESPACIAL NO SÉCULO XVI

Amanda Vila Nova

RESUMO

Este trabalho se desdobra dentro de uma reflexão de História da Arquitetura e tem por objetivo descrever e analisar o Real Colégio Jesuíta em Olinda no século XVI, período da sua idealização projetual e construção feita pelo arquiteto Francisco Dias. Inicialmente buscamos compreender a sua história, sua função social e o fortalecimento da Companhia de Jesus através deste centro de aprendizagem, cultura e política, bem como a sua concepção estilística, funcional e espacial. Em seguida, realizamos um levantamento das reformas feitas até chegarmos à edificação atual, tal como o Seminário de Olinda.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Arquitetura Colonial; Colégio Jesuíta de Olinda; Francisco Dias.

ABSTRACT

This study is on a reflection on the history of architecture and seeks to describe and analyse the Jesuit School in Olinda, designed and built in the 16th century by the architect Francisco Dias, within a contemplation of the history of architecture. First we tried to understand the history, the social function and the reinforcement of the Society of Jesus through its learning centers, culture and politic. Then we examined the architectural renovations made by the "Companhia de Jesus", such as Olinda Seminar.

Keywords: Society of Jesus; Colonial Architecture; Jesuit's School of Olinda; Francisco Dias.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo descrever o Real Colégio Jesuíta de Olinda como objeto de análise. Na perspectiva do “valor histórico”², ele é testemunha de uma época, de como a sociedade do século XVI pensava, e se projetava através do seu projeto político-pedagógico, pois, segundo Riegl (2014, p. 20), “o monumento é um documento imprescindível para o conhecimento de um dado momento histórico”, ressaltando que todo monumento de arte é um monumento histórico, por existir um elo entre a história da arte com o momento histórico da

² O valor histórico de um monumento deverá ser tratado em primeiro lugar na análise, por representar de fato um estágio da atividade humana. RIEGL, 2014, p. 55.

sua concepção. Deste modo, o monumento é o nosso documento principal, no qual faremos a interpretação a partir do ponto de vista científico.

A falta de uma história da arquitetura que possa ser considerada satisfatória deriva da falta de hábito da maior parte dos homens de entender o espaço, e do insucesso dos historiadores e dos críticos da arquitetura na aplicação e difusão de um método coerente para o estudo espacial dos edifícios. (ZEVI, 2009, p. 17).

A relação entre o edifício e a sociedade deve fazer parte do entendimento da assimilação social, além dos estilos e linguagens arquitetônicas que variam com o tempo e espaço, como um reflexo da sociedade na qual estavam inseridas. Ademais, essa relação não pode ser comparada a outras atividades artísticas como a escultura e a pintura, pois seria um estudo orientado pela análise de elementos plásticos. Deste modo, Zevi (2009) aponta que a arquitetura inclui o homem no espaço físico e o seu modo de viver, sendo ele o grande protagonista do monumento arquitetônico. Além disso, a arquitetura parte de um plano no qual primeiramente é tratado como uma encomenda, garantindo, portanto, os interesses de quem o determina, sendo este um fator importantíssimo para entendermos a “arquitetura como manifestações da civilização, mais que da sensibilidade de um artista.” (BARDI, 1993, p. 62).

Outrossim, os temas sobre a arquitetura Jesuítica estão sempre atrelados aos estudos das igrejas, de modo que vários autores procuram trabalhar estritamente sob esse olhar da arquitetura Jesuítica, desconsiderando o seu complexo arquitetônico. Embora os estudos relativos às igrejas sejam de grande relevância para o nosso embasamento, evidenciamos aqui essa lacuna sobre os estudos relativos ao núcleo colegial no qual as igrejas estavam inseridas na sua concepção.

Segundo Beatriz Oliveira (1988, p. 104), “se pensarmos estritamente na função ‘pedagógica’, o colégio foi o que se realizou mais plenamente diante das regras”, porque não só existia o núcleo colegial enquanto uma escola, mas haviam também residências, enfermarias, boticas e as próprias igrejas que se expressavam em um conjunto. Por isso, não é possível estudar isoladamente só as igrejas, como nos deparamos na maioria das pesquisas. É preciso compreender como era o cotidiano dos núcleos colegiais, e que neles havia uma integração de várias funções.

Portanto, as obras dos Jesuítas não foram construídas simplesmente como templos isolados. Eles integravam os espaços colegiais juntamente com as escolas, boticas, e outros

espaços de importância na atuação dos padres no Brasil, formando assim um grande complexo arquitetônico. Em vista disso, essas construções eram destacadas entre as outras edificações no início dos núcleos urbanos da América Portuguesa. As escolas que faziam parte do Núcleo Colegial não tinham a função só de ensinar a religião. Também instruíam nas letras, nas artes, nos ofícios, na matemática e preparavam os jovens para o ensino nas universidades europeias.

Como metodologia de análise do complexo arquitetônico utilizaremos a metodologia posta por Bruno Zevi (2009) em seu livro, “*Saber ver a arquitetura*”, que nos traz conceitos para legitimar o processo histórico-científico de uma edificação, no qual a arquitetura corresponde a uma gama de interesses humanos e sociais. De modo que para desenvolvermos adequadamente o seu significado para a história da civilização, deveríamos antes de mais nada nos atentar aos seguintes conceitos, sendo eles: os *Pressupostos Sociais*, ou seja, a questão econômica da região, do arquiteto que promoveu a construção e as relações de classe; o *Pressuposto Intelectual*, isto é, os saberes e as aspirações aplicadas; o *Pressuposto Técnico*, indicado pelo progresso da ciência e das suas aplicações técnicas na edificação; e o *Figurativo e Estético*, que revela o conjunto das concepções estilísticas e interpretações da arte em cada época.

Lucio Costa (1978) também nos ajudará na análise das fases de uma obra arquitetônica a serem estudadas, em consonância com a metodologia proposta por Bruno Zevi (2009). Esse, por sua vez, aponta que primeiro devemos estudar o *Programa*, ou seja, analisar o meio físico, social e a sua finalidade; depois viriam as *Técnicas Empregadas*, com os materiais e o sistema de construção; e por fim o *Conceito*, definido pela maneira através da técnica de se formar a plasticidade da edificação, dado que, “se queremos, de fato, saber ver a arquitetura, precisamos, antes de mais nada, nos propor uma clareza de método.” (ZEVI, 2009, p. 71).

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o “**programa**”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “**técnica**”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “**partido**”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente, a “**comodulação**” e a “**modenatura**”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento. (COSTA, 1978, p. 130) [o negrito nosso].

Portanto, para entendermos a funcionalidade do Colégio Jesuíta de Olinda, pontuamos aspectos que perpassam pela história do estabelecimento do núcleo colegial no Brasil; a sua função social para a Coroa e colonos; a importância de se estabelecer Olinda como um dos principais eixos do domínio americano da Coroa portuguesa; o papel fundamental que teve Francisco Dias como arquiteto; o partido utilizado na edificação; o programa de necessidades; o sistema construtivo; e o estilo adotado. Por fim, o enfoque deu-se a partir do estudo da edificação em si, analisando suas mudanças ao longo dos anos até chegarmos no atual Seminário de Olinda. Não pretendemos aprofundar nesta análise, dentro do objetivo do trabalho se fez necessário criarmos como resultado da nossa pesquisa um quadro em ordem cronológica para entendermos o processo de reformas da edificação, bem como chegarmos de forma regressiva a edificação feita por Francisco Dias no século XVI.

O REAL COLÉGIO JESUÍTA DE OLINDA

Fundada por Inácio de Loyola em 1534, a Companhia de Jesus se tornou oficial no ano de 1540, em Roma, na qual tinha como premissa inicial as missões e a catequese. Segundo Bruno Leite (2015, pp. 101-102), desde o princípio a Companhia dispunha de escolas voltadas aos noviços da ordem, mas foi a partir de 1548 que a proposta pedagógica jesuítica se estabeleceu, após a Companhia obter a direção do Colégio de Messina, que era uma escola pública e dirigida a todos, gerida pelo padre Jerônimo Nadal. Após o sucesso inicial da escola, Nadal, juntamente com Inácio de Loyola, criou um colégio-modelo, um protótipo a ser utilizado pela Companhia na Europa e no mundo. Com isso é fundado o Colégio Romano em 1551, este que serviu de base para os demais núcleos colegiais da ordem. Além disso, com o passar dos anos os Jesuítas foram repensando o seu projeto pedagógico, sendo este concluído no ano de 1599 com a *Ratio atque institutio Studiorum societatis Lesu*, que eram métodos norteadores da educação Jesuítica, guiando os padres com conteúdos e competências no exercício da prática pedagógica dentro da Companhia. Assim, a escola se torna um local dirigido a todos e não mais restrito ao clero como no princípio da Ordem, e tinha como função social formar intelectuais laicos, que eram instruídos no latim, humanidades e retórica, e na formação secundária com a filosofia de acordo com as obras de Aristóteles. Para Leite (2020, p. 25), os estudantes “eram preparados para serem exímios oradores e dialéticos, e para enfrentar quaisquer disputas intelectuais”.

No Brasil, a Companhia permaneceu por 210 anos, no período entre 1549 até a sua expulsão no ano de 1759³. Segundo Bruno Leite (2020), desde a chegada ao Brasil os padres da Companhia constituíram Colégios ou Ajuntamentos onde residiam e exerciam as suas funções⁴. Deste modo, é fundamental falarmos que o termo *Colégio Jesuíta*, será em nosso texto substituído pelo conceito de *Núcleo Colegial*, diferenciando do que hoje entendemos como uma instituição estritamente de ensino. Mas fazendo referência a todo o complexo arquitetônico que abrange não somente a escola, mas também a igreja, a residência e os demais espaços multifuncionais que o compunha. Isto posto, o núcleo colegial era um espaço político, social, econômico e religioso, onde “tinham atividades de culto, reflexão, de ensino e moradia definindo um programa múltiplo, que atende ao mesmo tempo a várias necessidades e anseios do projeto jesuítico” (CARVALHO, 1992, p. 142). Ademais, foi através desse grupo arquitetônico que os jesuítas formaram uma estrutura de vida semelhante à que tinham em Portugal, esta que servia como um referencial visual direcionado aos colonos para a conservação dos seus ideais e na propagação da cultura luso-europeia. Assim, estabeleceram não só a fé cristã como também a hegemonia político-ideológica do Estado absolutista Português.

Em vista disso, as escolas jesuítas faziam parte desse Núcleo multifuncional, que no Brasil tinha como finalidade a educação e a catequese, sendo o local de propagação de conhecimento e de irradiação de doutrina que atendia aos filhos dos colonos cristãos. Foi a partir da sua instalação que os Jesuítas começaram a formar missionários localmente, e a depender menos do envio de pessoas da Europa, nem os colonos a enviarem os seus filhos para estudar em Portugal já que na América portuguesa tinha sido implantado o ensino, impactando diretamente na estrutura da sociedade. Para Beatriz Oliveira (1988), eles eram os responsáveis pela orientação do homem no caminho “mais justo” e formavam através da ação pedagógica o espírito do mundo que pretendiam, exercendo um papel fundamental como reprodutores da cultura a qual queriam impor. Isto posto, cada escola era composta por uma hierarquia bem definida, sujeita a um governo central, e com autoridades em vários níveis, tais como: o reitor,

³ “Nesses dois séculos se infiltraram por todo o nosso território, não apenas nas vilas e cidades e suas circunvizinhas, mas também pelos sertões adentro, que em algumas regiões desbravaram e conquistaram eles próprios.” (SANTOS, 1966, p. 32).

⁴ “o núcleo colegial - apesar da palavra nos remeter sempre às instituições de ensino - era uma unidade bastante complexa de agregação dos jesuítas. (...) os Colégios eram, antes de qualquer coisa, a unidade multifuncional onde residiam e atuavam os padres da companhia de Jesus. A palavra latina *Collegium-ii* define-se, no dicionário de Latim- Francês de Félix Gaffiot, da seguinte maneira: 1. Ação de ser colega; 2. Colégio [dos magistrados, padres, etc.]; 3. Associação. Todos os sentidos da palavra baseiam-se no latim clássico, na ideia de associação ou ajuntamento. (LEITE, 2020, p. 22).

prefeito geral, professor de classe, estudantes, entre outros. Dessa maneira, as escolas eram lugares de ensino, mas o seu papel na América Portuguesa ultrapassava esta função, e alcançava a dimensão social, por levarem a mensagem pedagógica aos demais ambientes sociais. O espaço escolar jesuítico estava localizado dentro do Núcleo colegial, onde se tinha uma dinâmica de interação multifuncional. A escola era, simultaneamente, um espaço educativo, social e cultural, de acordo com a sua estrutura organizacional dentro desse complexo arquitetônico. Logo, a relação do espaço escolar com as outras atividades jesuíticas, em princípio, estão relacionadas com a arquitetura e a sua distribuição funcional dos espaços, que são interligados de acordo com as ideias e práticas da pedagogia jesuítica, mas que de certa forma se unifica a esse espaço múltiplo e comunitário que era o núcleo colegial.

Para se manterem financeiramente, os jesuítas dependiam de subsídios da Coroa, concessões do rei e doações do povo para prosseguir com suas atividades, mas foi almejando criar uma base econômica própria que os inicianos, por volta de 1560, começaram com as plantações de cana de açúcar nas fazendas e engenhos que administravam. Para Eisenberg (2000, p. 131), “nas constituições os rendimentos das casas jesuíticas eram limitados pelo voto de pobreza dos irmãos. Já os colégios eram mais flexíveis, podiam possuir propriedades e produzir recursos”, com isso o cultivo da cana de açúcar como outras atividades agrícolas, se tornaram a principal fonte de renda dos núcleos colegiais no Brasil, usados em benefício tanto dos estudantes como dos próprios irmãos da Companhia.

Segundo Paulo Santos (1966, p. 40), "Olinda e Bahia eram as vilas mais importantes da América Portuguesa". Conforme padre Anchieta relata, a vila de Olinda era próxima ao porto e estava localizada em um lugar alto⁵, além de ser uma terra rica e próspera em açúcar, e Pau Brasil, era também bem frequentada no seu comércio local. A região possuía ao todo, cerca de 66 engenhos, 10 mil escravos da Guiné e Angola, e em relação a indígenas, cerca de 2 mil. Por isso, foi um dos primeiros lugares a estabelecerem um núcleo colegial, pela importância geográfica, econômica e política.

Diante disso, no início da instalação, os jesuítas em Olinda usaram a Ermida de Nossa Senhora da Graça, feita em taipa com telhado em palha, doação feita em 1550 pelo donatário Duarte Coelho, mas que, segundo Nóbrega (1971 in FRANCO, 2005, p. 49), "já em 1552, estava caindo." A partir disso, foi quando começaram a desejar a ampliação da igreja e

⁵ A villa está bem situada em lugar eminente de grande vista para o mar, e para a terra; temos aqui collegio aonde residem vinte e um dos nossos; (CARDIM, 1925, p. 334).

construção do núcleo colegial. Segue abaixo um trecho do texto escrito pelo Padre Anchieta falando da, até então, futura obra do colégio de Olinda:

O colégio de Pernambuco está situado em lugar eminente, de bom prospero. (...) Para as obras do edificio futuro tem 166 ducados de esmola que lhe fez el-rei D. Sebastião, e por se pagar mal e por não haver tanta comodidade de officiais e cal, o edificio não se começa. Além dos irmãos tem 30 pessoas de serviço de escravos de Guiné e da Terra; todos sustentam-se mediocrementemente ainda que com trabalho por as cousas valerem mui caras, e tresdobro do que em Portugal. (ANCHIETA, 1988, p. 418).

Em relação a sua localização, o complexo arquitetônico deveria estar estrategicamente próximo a um porto marítimo (Fig. 1), que facilitasse as viagens dos padres e dos provinciais; e no alto de uma colina, para que facilitasse a sua defesa e também permitisse a observação da sua posição como um símbolo de hierarquia e poder. Deste modo, a sua implantação estava muito bem localizada no centro das atividades do núcleo urbano, e em contato direto com o cotidiano da sociedade. Dessa forma, a vila de Olinda representava o centro de segurança aos colonos que se dava em torno da colina da Sé, local onde se situavam as moradias e a residência do donatário Duarte Coelho. Segundo Albuquerque (1995, p. 87), “afastar-se muito dela, representava risco. Insegurança representada pelos indígenas e por deixar a vila desguarnecida”. Para Pereira (1992, p. 31) “no contexto brasileiro as cidades, suas arquiteturas e representações guiavam as morfologias sociais e urbanas”. Assim, o estabelecimento do núcleo colegial, dentro da vila de Olinda, era importante funcionalmente por ser um símbolo dessa representação morfológica social e retrato da fixação da Coroa na América Portuguesa buscando a propagação da fé. Além disso, Oliveira (1988) aponta que as atividades que os jesuítas desenvolviam metamorfoseavam os pátios em frente às igrejas em pontos de reunião e comércio, enquanto o interior do complexo arquitetônico se transformava em pontos de reunião da política local, sendo o Núcleo colegial um local onde estabeleciam-se as relações de domínio cultural e econômicas, isto é, um polo de concentração do poder decisório.

Foi a partir da segunda metade do século XVI iniciou-se a construção do Colégio de Olinda que tem grande importância para o nosso estudo, sendo projetada e executada pelo arquiteto Francisco Dias, este que fora "em 1577 arquiteto e revisor das obras dos colégios e igrejas de toda província, integrou-se a cúria provincial, tornou-se também piloto de navio e em 1598, classifica-se egrégio em arquitetura e em náutica" (LEITE, 1953, pp. 159-160). No seu tempo foram construídos três núcleos colegiais, dos quais ele foi projetista, sendo eles: o do

Rio de Janeiro que começou em 1585, foi finalizado em 1588, e se manteve em pé até 1922; o de Santos que começou em 1585 e abriu-se para o culto em 1600; e o de Olinda que tem os seus primeiros planos datando de 1584, e estava quase concluído em 1597. Por conseguinte, Francisco Dias revisou o projeto do núcleo colegial da Bahia que foi idealizado pelo arquiteto Luís Dias em 1549 (LEITE,1953, p.41), de modo que após um longo período de desenvolvimento, a obra já se apresentava bastante distinta de seu projeto original. Não obstante, a revisão de obras de diversos núcleos colegiais distantes entre si, só foi possível por ele reunir duas de suas habilidades, a de construtor e a de marinheiro.

Em Portugal, Francisco Dias entrou para a Companhia de Jesus em 1562, participou como mestre de obras da construção da igreja de São Roque, que foi a primeira construção jesuítica localizada em Lisboa no estilo maneirismo, da qual teve como principal arquiteto, Afonso Álvares, e como revisor, o arquiteto Felipe Terzi. Portanto, foi essa vivência, juntamente com o seu conhecimento em construção, carpintaria e arquitetura que permitiu Dias ficar como responsável por obras da companhia por mais de cinquenta anos.

A presença de um arquiteto profissional de sua categoria no Brasil daquele tempo foi sem dúvida decisiva, não só no sentido de fixar, de forma definitiva e logo de início, as características de estilo próprias da nossa arquitetura jesuítica, como também no de influir nas construções contemporâneas não jesuíticas. (COSTA, 1978, p. 147).

A sua vinda foi oportuna pois a maioria das construções jesuíticas no Brasil eram improvisadas. Segundo Campello (2001, p. 124), "a partir de 1577 com a chegada do irmão arquiteto e construtor Francisco Dias, as obras definitivas tomaram impulso, numa escala de obras mais importante, a partir da sua orientação", assim, influenciando o desenvolvimento de grande parte das construções jesuíticas, desde a sua chegada até a sua morte.

Em Olinda, a edificação seguia o modelo padronizado pelos jesuítas, de modo que para Pereira (1992, p. 28), esse modelo reproduzível remetia aos colonos o sentimento de pertencimento, de se sentir "sempre em casa em todos os lugares", por se assemelhar com o que se era retratado na Europa. Ademais, esta obra específica é diferente dos outros projetos produzidos por Dias no Brasil, pois o corpo da igreja foi projetado para frente, se destacando do muro da escola. Para os núcleos colegiais da Bahia e do Rio de Janeiro, por terem um terreno mais acidentado, foi preciso fazer ramificações. Já em Olinda, foi um plano unitário, favorecido pelo seu terreno planificado. Além disso, o seu fechamento em quadra impedia a corrupção das

almas, “o pátio também serve como ponto central de referência, proporcionando uma visão comum de um mesmo mundo ideal não corrompido”. (OLIVEIRA, 1988, p. 33).

Esta igreja de Olinda, projetada pelo arquiteto jesuíta Francisco Dias – é, pois, a única igreja jesuítica quinhentista, com *pedigree*, ainda existente no Brasil, uma vez que a autenticidade do arcabouço da de São Vicente, que de qualquer forma não terá filiação tão definida, ainda não está, apesar dos indícios, comprovada. Passemos agora a considerar, tanto no conjunto dos monumentos como nos seus pormenores, o partido, ou melhor, os partidos de preferência adotados – quando não, criados – pelos arquitetos jesuítas, ou arquitetos leigos a serviço da Companhia de Jesus. O partido arquitetônico tradicionalmente empregado pelas ordens religiosas nos seus mosteiros e conventos, ou seja, o de dispor os vários corpos da construção em “quadra”, como então se dizia, formando-se assim um ou mais pátios, foi mantido também pelos jesuítas. (COSTA, 1978, p. 138).

Desse modo, como citamos anteriormente, o partido arquitetônico⁶ adotado foi a quadra (Fig. 2), onde tinha um pátio a céu aberto, e toda a arquitetura se desenvolvia em seu entorno, que gerava para a comunidade jesuítica locais de encontro e de grande visibilidade dos seus ofícios. É importante entender esse vazio como um elemento unificador que expressa o sentido de proteção, porque além de dar lugar aos acontecimentos sociais e políticos, permitia a visão abrangente e o controle de todas as atividades ali desenvolvidas, além disso trazia a salubridade e ventilação a edificação. Ele também dava acesso às salas de aula, igreja, oficinas e dependências. No pavimento superior havia uma circulação com vista para o pátio e as residências onde os padres dormiam e praticavam os exercícios espirituais. “Em relação à composição da fachada, obedece a sequência que seria: colégio, capela, torre e residência”. (CARVALHO, 1992, p. 47). Segundo Luciano Patetta (2012), os núcleos colegiais tinham uma tipologia de partido “padrão”, onde nas extremidades laterais do térreo e no primeiro andar eram destinadas as escolas; as “sala dos actos” serviam para sessões literárias; o teatro, para as sessões solenes; e tinham na maioria das vezes uma biblioteca ou livraria. Também tinha os quartos dos padres, a enfermaria ou boticas, e segundo o autor, a parte traseira era destinado a depósitos, galinheiro, hospedaria, jardins e horta. Com essa referência, fizemos uma proposição da distribuição espacial do que seria a planta feita por Francisco Dias (Fig. 3), onde o Núcleo Colegial de Olinda era dividido em 4 partes de utilização: a primeira era destinada a igreja; a

⁶ “O partido arquitetônico- seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes para o resultado físico. Sendo eles: A técnica construtiva, o clima, as condições topográficas, o programa de necessidades, as condições financeiras e a legislação regulamentadora.” (LEMOS, 1991, p. 41).

segunda à escola, as salas de aula e oficinas; a terceira era destinada a área privativa, como as residências, refeitório, enfermarias; quarta era o pátio, a área aberta destinado às negociações.

Já o programa de necessidades⁷ do Núcleo colegial de Olinda seguia a centralização das decisões regulamentadoras da Ordem pelo Ofício Geral, em Roma, que “mediava com muito vigor, uma série de condicionamentos. Mesmo que os jesuítas tenham se adaptado estrategicamente, mas os programas e as características funcionais eram ditados por Roma.” (CAMPELLO, 2001, pp. 101-102). Segundo Paulo Santos (1966, pp. 14-15), existe uma documentação na qual não tivemos acesso direto, associada a Pietro Pirri, que segundo o autor esclarece pontos fundamentais para as construções jesuíticas. Em seu livro ele cita a existência de duas normas que vieram das congregações provinciais gerais nos anos de 1558 e 1575, que propunha que todas os núcleos colegiais da Companhia de Jesus, bem como todas as edificações da ordem, tomassem um único modelo, no qual não poderia ser construído nada sem projeto, e que todas as instruções projetuais seriam enviadas de Roma para as províncias. Em concordância com Santos, Luciano Patetta (2012, p. 393) diz que no ano de 1558, foram estabelecidas características que as novas construções deveriam ter, como: salubridade, simplicidade, economia, modéstia e funcionalidade, como uma tipologia de planta-modelo para simplificar e uniformizar. Portanto, era importante para os superiores-gerais da Companhia de Jesus, construir um caráter verdadeiramente internacional nos campos missionários (BOXER, 2007, p. 105). Isto posto, mesmo que a arquitetura do Núcleo colegial de Olinda tenha sido fruto de uma adaptação, a sua característica funcional de distribuição dos espaços era ditada por Roma através das normas reguladoras, de maneira que essas soluções contornassem os obstáculos que porventura surgiriam, seja por escassez de material ou de mão de obra, desenvolvendo assim, uma tipologia prática para a sua construção no Brasil.

O sistema técnico construtivo⁸, inicialmente quando era a Ermida (Fig. 4), tinha um caráter provisório, portanto, era utilizado em sua estrutura de taipa e coberta de palha, da qual os jesuítas preferiram reformar e ampliar por falta de recursos financeiros. Posteriormente, foram acatadas as instruções de Roma, que visavam à perenidade das obras, dessa forma as construções passaram a ser em pedra e cal, “dependendo dos recursos da região em que estavam

⁷ “O programa de necessidades - é segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor”. (LEMOS, 1991, p. 41).

⁸ “A técnica construtiva- são os recursos locais, como materiais que incluía intenção plástica, às vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos”. (LEMOS, 1991, p. 41).

localizadas as obras. Obedecia fundamentalmente, às regras que incentivava a sobriedade religiosa e funcionalidade acima do aparato decorativo.” (BARONCINI, 1992, p. 137).

O estilo arquitetônico adotado por Francisco Dias foi o maneirismo⁹. De acordo com Paulo Santos (1951, pp. 100-101), foi seguido o modelo que prevalecia na época, e que veio de Roma a insinuação do estilo que propunha que todas as igrejas da Companhia de Jesus, bem como os núcleos colegiais, e todas as edificações da ordem, tomassem por modelo a Igreja do Gesù de Roma. Segundo John Summerson (2017, p. 65), a Igreja do Gesù feita por Vignola e tida como a principal igreja dos jesuítas em Roma, sendo feita sem dúvidas no estilo maneirista, servindo inclusive para o autor comparar em seu livro, “a linguagem clássica da arquitetura” com a igreja de S. Susanna, mostrando a diferença entre a fachada maneirista e a fachada barroca. Segundo Hauser (1993, p. 375), um dos princípios fundamentais da arquitetura maneirista é não estar preso a um padrão, onde a continuidade plástica é orgânica e os elementos são heterogêneos.

Para Bury (1991, p. 71), os arquitetos da Companhia de Jesus na América Portuguesa teriam adotado o maneirismo da Itália, em harmonia com o que pontuamos anteriormente, e que foi o arquiteto Francisco Dias quem teve a responsabilidade de transportar os seus conhecimentos construtivos para o Brasil, a partir da sua experiência como colaborador na igreja de S. Roque em Lisboa, deixando indícios de que as antigas igrejas brasileiras seguiam o mesmo padrão. Para Luciano Patetta (2012, p.393), os “jesuítas foram mais ‘flexíveis’, tendo escolhido adaptar às situações históricas, às evoluções culturais e as condições da sociedade”. Provavelmente a adoção de uma regra única para toda ordem dificultasse a sua aplicação em todos os lugares, sem contar que os padres precisavam ser maleáveis as necessidades locais em sua produção arquitetônica, Conforme aponta Lúcio Costa (1940 in PEREIRA, 1992, p. 18), por mais que existissem soluções prontas, eles tiveram que se adaptar, e por vezes criaram algo novo, de acordo com as suas experiências prévias, servindo muitas vezes como um laboratório de experiências e reflexões sobre o entendimento de construir.

Segundo Lúcio Costa (1978, p. 3), apesar das mudanças de materiais, técnicas e formas, os jesuítas tinham uma personalidade ao qual ele chama de "espírito jesuítico". Para Benjamim Carvalho (1964, p. 223), o estilo jesuítico, “constitui de fato a arquitetura religiosa colonial do Brasil”. Para o autor, acaba se “marginalizando” esse termo e atribuindo com vasta amplitude

⁹ “O maneirismo não foi um “estilo”, mas o estado de espírito de uma época. Suas manifestações são infinitamente variadas”. (SUMMERSON, 2017, p. 76).

a edificações de forma incorreta. Em consonância com esse pensamento, Gomes Júnior (2016, p. 308) diz que o termo “estilo Jesuítico” é usado de forma acomodada, para tratar as construções inacianas, mas que muitas vezes é utilizado para adjetivar construções de outras ordens religiosas. Há realmente um conflito entre os autores sobre este conceito, mas acreditamos que os jesuítas variavam de estilo conforme a sua necessidade, época e lugar em que se estabeleceram.

Não obstante, o Núcleo Colegial de Olinda tinha o título de Real, por ser fundado e subsidiado pelo Rei, ele pagava uma quantia específica para a manutenção desses espaços colegiais, como estava previsto no Padroado. As quantias variavam entre mil reis para o núcleo colegial da Bahia e seiscentos reis para o de Olinda e Rio de Janeiro. Inicialmente, eram ensinados dois cursos, o de latim e o de ler, escrever e contar. Em 1607 tinha também o de Teologia Moral, e depois que reorganizaram os cursos superiores lhe dando as devidas licenças, foi instituída, com regularidade, o curso de Filosofia, Humanidades e Elementar. Em 1673 teve o curso de Artes, todavia, data de 1687 a provisão Régia que validou o curso de filosofia da escola de Olinda, como se fosse em Coimbra. (LEITE, 1945, p. 432).

É relevante pontuarmos que os autores Serafim Leite (1945) e Paulo Santos (1951) comparam a igreja de São Roque com a igreja de Nossa Senhora das Graças, que faz parte do Núcleo colegial de Olinda, mesmo cientes que os dois projetos têm escalas diferentes, fora as restrições de materiais e de mão de obra. Quando colocamos as imagens lado a lado para análise, percebemos que se assemelham mais com a fachada descaracterizada, reforma esta que supomos ser posterior à 1654, quando foi incluído a abertura de três janelas e o fechamento do óculo. A Igreja de Lisboa tem mais aberturas de janelas (cheios e vazios), e o seu óculo é oval, com pilares e entablamento junto ao frontão (Fig. 5). Em Olinda só existem dois pilares que vão da base até o frontão (Fig. 6 e 7). Segundo José Luiz da Mota Menezes (2018, p. 172), “a Igreja de São Roque em 1757 sofreu com um terremoto, e acredita que a fachada primitiva seja a atual, pois só foi danificado o frontão”. Logo, quando analisamos minuciosamente percebemos que a fachada de Olinda é mais sóbria e fechada comparada com a de Lisboa.

Em um colóquio em Lisboa no ano de 1955, Germain Bazin exibiu pela primeira vez a coleção de desenhos jesuíticos existentes na Biblioteca Nacional de Paris. Na biblioteca, constava a planta referente ao Núcleo Colegial do Rio de Janeiro. Segundo Paulo Santos (1966, p. 55), esta planta se destinava a um terreno plano, e o do Rio de Janeiro é acidentado, para ele “a planta foi realmente adotada em Olinda, que se confirmou após o seu levantamento no

colégio no ano de 1950”. Comparando a planta atual do Núcleo Colegial cedida pelo IPHAN (Fig. 8 e 10) com a planta disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Paris (Fig. 9 e 11), concluímos que os indícios que Paulo Santos (1966) nos traz são totalmente cabíveis, além dele atestar sua afirmação após uma averiguação *in loco*.

Observando o Quadro 1, percebemos as modificações gradativas na edificação, desde a sua aquisição como doação do donatário Duarte Coelho (Bazin, 1956, V. II p. 127), até o ano vigente. O primeiro ponto que identificamos foram os processos de reformas que somam ao todo 10, entre: ampliações, construções, reformas e restaurações. Dito isso, percebemos que 4 são reformas referentes a reconstrução do telhado, pois, segundo Leite (1945), mesmo a madeira utilizada sendo jacarandá que é uma das madeiras mais nobres (chamada de madeira de lei) por alta resistência e durabilidade, foi necessária ao longo dos anos sua substituição. Também tiveram 2 ampliações, a primeira da ermida com o acréscimo do colégio e a segunda com a ampliação da capela mor em 1745. 2 construções e 2 restaurações. Outro ponto que verificamos é que as reformas na edificação foram se dando de acordo com as necessidades decorrentes das novas atribuições que o Núcleo Colegial ia recebendo, desde a chegada dos Jesuítas visando a perenidade até se tornar o atual Seminário.

Segundo a Tese de Marcos Albuquerque (1995, p. 339) os holandeses e seus dirigentes se instalaram no Núcleo Colegial Jesuíta como um símbolo da vila de Olinda, depois esta edificação, que era até então a sede do governo invasor, sofreu com o incêndio em Olinda, que aconteceu em novembro de 1631. O complexo arquitetônico teria sido socorrido pelos padres da Companhia, que minimizaram os efeitos do incêndio. Para Serafim Leite (1945), a edificação toda ficou em ruínas, mas em contraposição a essa afirmação Lúcio Costa (1978) utiliza a pintura de Frans Post, onde é possível identificar a estrutura da edificação em pé, e que o dano maior foi referente ao telhado que atingiu o Núcleo Colegial (Fig. 12).

Ademais, o incêndio consumiu a parte interna, deixando intacta as paredes, que por serem feitas de pedra explica a sua sobrevivência. Segundo José Luiz da Mota Menezes (2018, p. 169), antes da invasão holandesa o complexo arquitetônico possuía uma torre com relógio. Após esse evento, no ano de 1661 foi reconstituído a parte superior do arco da igreja e os seus dois altares. Depois o Núcleo Colegial recebeu algumas remodelações, oriundas da necessidade de renovar o forro que tinha sido arruinado, e também para se tornar mais ampla. Essas transformações seguiram as seguintes fases: em 1732 foi para reunir as madeiras; em 1734 já estava o forro renovado; e em 1738 e 1739, foram reformados os ornamentos da capela.

Conforme a nossa pesquisa, logo após a Expulsão dos Jesuítas, o Complexo arquitetônico ficou abandonado por 37 anos - de 1759 a 1796 - quando foi doado pela Rainha D. Maria I. Em 1800, o Seminário foi reinaugurado pelo Bispo Dom Azeredo Coutinho, de modo que o antigo prédio, que antes abrigava o Núcleo Colegial, passou a oferecer novos cursos para além das humanidades, e após o hiato da edificação abandonada, o partido arquitetônico em formato de quadra sofreu adaptações necessárias para a instalação do Seminário, não se sabendo ao certo em qual data foram executadas. Segundo José Luiz da Mota Menezes (2018, p. 182), “foi reformulado o refeitório e o trecho que liga a escola à igreja de Nossa Senhora das Graças”.

Em 17 de abril de 1938, um ano após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o complexo arquitetônico foi tombado. Em 1973, foi dado início a restauração parcial da edificação pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), com a supervisão do arquiteto e historiador José Luiz da Mota Menezes, onde foi possível descobrir elementos importantes para a nossa pesquisa. Primeiro, referente a fachada principal da igreja, na qual foi descoberto na restauração uma abertura do óculo, que segundo Menezes (2018, p. 170), “era a única abertura existente além da porta única”. Posteriormente, as etapas de restauração da edificação, que levaram a equipe a acreditar que o plano anterior se assemelha realmente à planta publicada pela Biblioteca de Paris, conforme Paulo Santos (1966) em seus estudos e levantamento nos afirmou anteriormente.

Com base nessas reformas, na (Fig. 13) colocamos a fachada com uma torre, que segundo a restauração de José Luiz da Mota Menezes (2018, p. 167), foi identificado que antes da invasão holandesa a igreja possuía uma torre com relógio, de maneira que confirmamos a compra do relógio para a torre no livro de Serafim Leite, da História da Companhia de Jesus, Tomo I, quando o autor aponta que, “em 1589, o povo deu mais 300 cruzados e levantou-se uma torre com relógio, muito útil para os de casa e para o mesmo povo” (LEITE, 1945, p. 452). Como não identificamos a posição da torre na planta baixa, supomos conforme o partido construtivo dos Jesuítas em outros colégios que a torre ficasse no vão que hoje tem livre entre o colégio e a igreja. Finalmente, reconstruímos na (Fig. 14), a fachada do colégio sem a torre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho, investigamos as discussões referentes à história da fundação do Real Colégio Jesuíta de Olinda na capitania de Pernambuco, e sua arquitetura. Analisamos

o seu valor histórico como símbolo de um bem cultural quinhentista, legado para nós como um testemunho da sociedade à época, haja vista, que consideramos a arquitetura como produtora de discurso que atribui sentido a um espaço, entendendo o núcleo colegial, que seguia os interesses da Ordem Jesuítica, e da Coroa Portuguesa, como um local de irradiação de conhecimento, da doutrina cristã e sendo um referencial na paisagem da cultura portuguesa no Brasil. Portanto, é importante ressaltar que a historiografia recente dá pouca importância ao complexo arquitetônico e a sua relevância na sociedade, pela circulação de ideias e suas relações sociais.

O cerne da nossa pesquisa foi de fato a análise e descrição da edificação elaborada por Francisco Dias, entre os anos de 1584 e 1592. O partido arquitetônico utilizado, o seu programa de necessidades, o sistema construtivo e seu conceito de estilo. Entre as descobertas fica evidente o hiato em que a edificação ficou 37 anos inativa até se tornar o seminário de Olinda, entretanto, não conseguimos identificar se houve alguma modificação significativa neste período. Contudo, a restauração na edificação entre os anos de 1973 a 1978 nos deixa claro dois importantes pontos: primeiro, confirma que a ossatura do colégio foi herdada pelos Jesuítas, e segundo, que nosso estudo indica que a planta publicada pela Biblioteca de Paris se refere ao Núcleo Colegial Jesuíta de Olinda. Por fim, conseguimos identificar pelo menos 10 reformas ou construções na edificação, resultando para nossa pesquisa a suposta fachada relativa ao Núcleo Colegial no século XVI.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça, Herança e Testemunho**. Tese da pós-graduação em História, UFPE, 1995.

ANCHIETA, José de. **Cartas: Informações, fragmentos históricos e sermões**. Cartas Jesuíticas 3, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARDI, Pietro Mario. **Pequena História da Arte**. Edições melhoramentos. São Paulo, 1993.

BARONCINI, Cláudia Nóbrega. O Solar do Colégio: um exemplo da arquitetura Jesuítica Fluminense. in CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. **A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1992.

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Tome I. Rio de Janeiro, Editora Record, tradução Glória Lúcia Nunes, 1956.

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Tome II. Rio de Janeiro, Editora Record, tradução Glória Lúcia Nunes, 1956.

BOXER, Charles R. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. Tradução de Vera Maria Pereira, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BURY, John, **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**, organização de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, São Paulo, 1991.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. **O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2001.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Editores J. Leite & Cia. Rio de Janeiro, 1925.

CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. Utopia e Realidade: Real Colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. in CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. **A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1992.

CARVALHO, Benjamin de Araújo. **A história da Arquitetura**. Edição de ouro. Editora Tecnoprint gráfica S.A: Rio de Janeiro, 1964.

COSTA, Lúcio. **A Arquitetura Jesuítica no Brasil**. Arquitetura Religiosa. São Paulo: FAU/USP-MEC/IPHAN, 1978.

EISENBERG, José. **As missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2000.

FRANCO, Afonso A. de Melo. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2005.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. **Palavra peregrina e outros estudos sobre o barroco**. 2ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HAUSER, Arnold. **Maneirismo**. Tradução J. Guinsburg e Magda França, 2ª ed. Editora Perspectiva, São Paulo, 1993.

LEITE, Bruno Martins Boto. Conimbricenses nos trópicos: a escrita dos manuais de filosofia da Companhia de Jesus e sua importância nos colégios jesuítas do Brasil. **Revista Brasileira de História da ciência**. v. 8, n 2, julho/dezembro 2015. Disponível em: sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2035 Acesso em: 27 jun. 2021.

LEITE, Bruno Martins Boto. Fábrica de intelectuais O ensino de Artes nos colégios jesuítas do Brasil, 1572-1759. **Revista História Unissinos**. v. 24, n. 1, janeiro/abril 2020. Disponível em: <http://revistas.unissinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.241.03/60747482> Acesso em: 13 nov. 2020.

LEITE, Serafim. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Edições Brotéria livros de Portugal: Rio de Janeiro, 1953.

LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo V, Livraria Portugália, Lisboa. Instituto nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1945.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. Editora Brasiliense, 6ª ed. São Paulo, 1991.

MENEZES, José Luiz Mota. **Olinda e seus bens Culturais: História e restauração de bens culturais**. Vol 1. Recife, 2018.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e Estratégias: Considerações sobre a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1988.

PATETTA, Luciano. A arquitetura da Companhia de Jesus entre o maneirismo e barroco. **Actas II Congresso Internacional do Barroco**, Porto-Portugal, 2012. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7549.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PEREIRA, Margareth da Silva. A ação dos Jesuítas no Brasil Colonial e o imaginário Europeu sobre o novo mundo: notas sobre uma história “às avessas”. in CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. **A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1992.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn, anat Falbel. I ed. Editora Perspectiva, São Paulo, 2014.

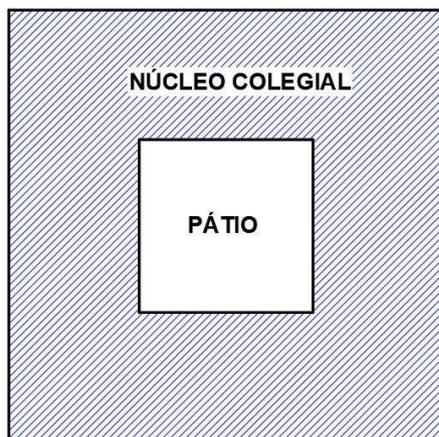
SANTOS, Paulo F. **O Barroco e o Jesuítico na Arquitectura do Brasil**, Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro, 1951.

SANTOS, Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. V **Colóquio internacional de estudos Luso-Brasileiros**. Vol. IV das Actas do colóquio: Coimbra, 1966.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**: tradução Maria Isabel Gaspar, Gaetan Martins de Oliveira- 6º Ed. Editora WFM Martins Fontes, São Paulo, 2009.

APÊNDICE A - Ilustrações

Figura 2 - Esquema do partido arquitetônico em quadra, onde o Núcleo Colegial é composto pela escola, residência, igreja, botica e oficinas em um único complexo arquitetônico com um pátio central.



Fonte: Autoria própria.

Figura 3- Reconstituição hipotética do plano do Colégio Jesuíta de Olinda, baseado na planta Disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Paris referente ao Séc. XVI.



Fonte: Autoria própria.

Figura 13 - Suposta fachada do Colégio de Olinda no século XVI com a torre e o relógio



Fonte: Autoria própria.

Figura 14 - Suposta fachada do Colégio de Olinda no século XVI sem a torre



Fonte: Autoria própria.

ANEXO A - Figuras e quadro de acordo com a regra da revista

Figura 1 - Vista do porto para a cidade de Olinda. Mostrando a sua localização e imponência.
Séc XVI



Fonte: MENEZES, 2018, p. 131.

Figura 4 - Desenho de uma Ermida por Frans Post. Da qual se assemelha ao que imaginamos que os jesuítas encontraram em Olinda, século XVI



Fonte: MENEZES, 2018, p. 140.

Figura 5 - Fachada da Igreja de São Roque em Lisboa, onde em vermelho destacamos as aberturas, em vinho os pilares e em preto o frontão. (ao lado a foto original)



Fonte: Foto atual retirada da internet.

Figura 6 - Imagem do colégio e da Igreja antes da restauração em 1973



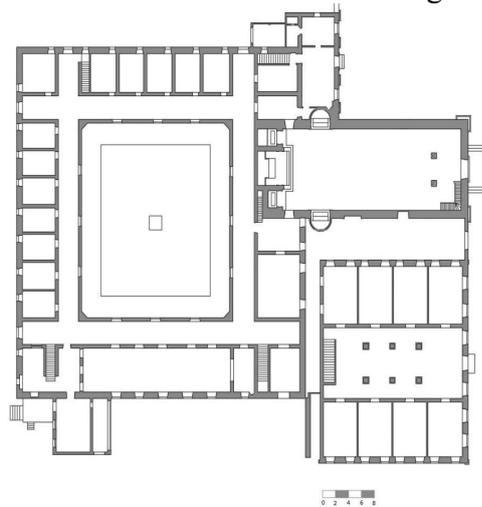
Fonte: MENEZES, 2018, p. 133.

Figura 7 - Imagem do colégio e da Igreja depois da restauração em 1978, onde em vermelho destacamos as aberturas (cheios e vazios), em vinho os pilares e em preto o frontão. (ao lado a foto original)



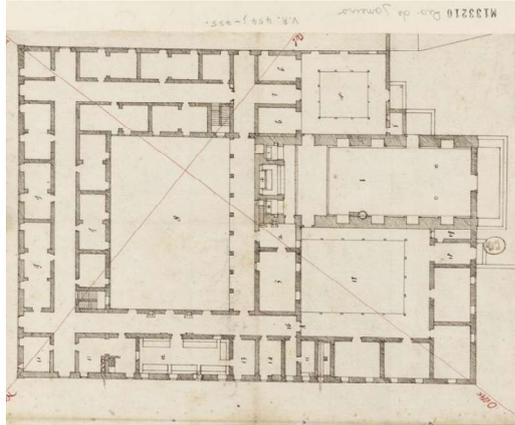
Fonte: MENEZES, 2018, p. 133.

Figura 8 - Planta do térreo do atual Colégio de Olinda



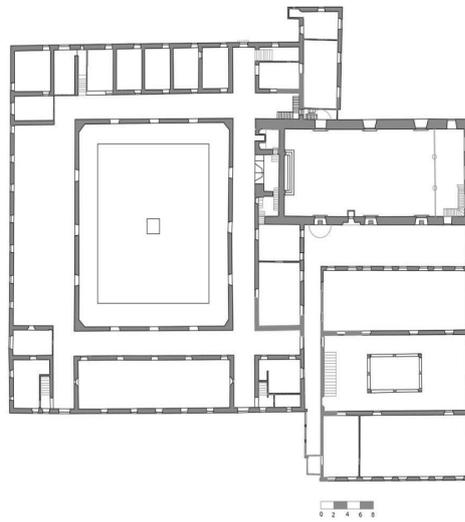
Fonte: Fornecida pelo IPHAN (desenhado em 2008).

Figura 9 - Planta do térreo referente ao Colégio do Rio de Janeiro



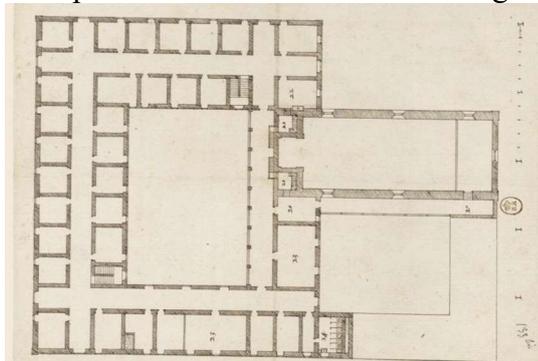
Fonte: Disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Paris referente ao Séc. XVI. (retirada da internet).

Figura 10 - Planta do térreo do atual Colégio de Olinda



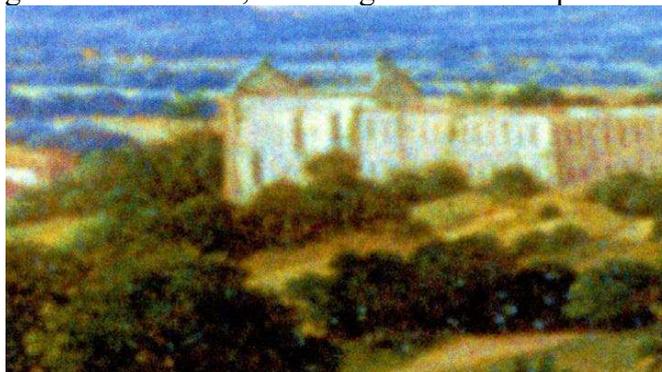
Fonte: Fornecida pelo IPHAN (desenhado 2008).

Figura 11 - Planta do primeiro andar referente ao Colégio do Rio de Janeiro



Fonte: Disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Paris referente ao Séc. XVI. (retirada da internet).

Figura 12 - Imagem de Frans Post, do Colégio de Olinda após o incêndio, séc. XVII



Fonte: MENEZES, 2018, p. 178.

Quadro 1: Evolução da edificação e reformas feitas no Real Colégio Jesuíta de Olinda

ANO	CONSTRUÇÃO/REFORMA	MATERIAL CONSTRUTIVO	OBSERVAÇÃO	FONTE
1551	ERMINDA DE N. S. DA GRAÇA	TAIPA E PALHA	DOADA POR DUARTE COELHO	SERAFIM LEITE.1945
1560	FOI CONSTRUÍDO O COLÉGIO COMO ANEXO	TAIPA E PALHA		IPHAN
1563	COMEÇOU AS AMPLIAÇÕES NA ERMIDA	TAIPA E PALHA		BAZIN, TOMO II, 1956
1567	CONCLUÍDA A REFORMA			BAZIN, TOMO II, 1956
1583	CONSTRUIU UM TANQUE COM POÇO E BOMBA		PARA REGAR O QUINTAL	FERNÃO CARDIM,1925
1584	COMEÇOU A CONSTRUÇÃO DO COLEGIO E IGREJA	PEDRA E CAL	PROJETO DE FRANCISCO DIAS	SERAFIM LEITE.1945
1592	FINALIZAÇÃO DA OBRA DE FRANCISCO DIAS			SERAFIM LEITE.1945
1604	O COLÉGIO ESTAVA ENDIVIDADO		DESPEAS COM A CONSTRUÇÃO	MENEZES, 2018
1631	INCENDIO DANIFICOU O TELHADO E AS PARTE DE MADEIRA DO COLÉGIO		ATEADO PELOS HOLANDESES	SERAFIM LEITE.1945
1647	RECUPERA-SE O COLÉGIO			BAZIN, TOMO II, 1956
1654	FORAM REALIZADAS OBRAS DE RECONSTRUÇÃO	DO TELHADO E DA MADEIRA	EM 1660 JÁ ESTAVA ADIANTADA	SERAFIM LEITE.1945

1661	CONCLUIU A REFORMA DO ARCO DA CAPELA DA IGREJA			SERAFIM LEITE.1945
1662	CONCLUIU A REFORMA DA COBERTA DA IGREJA			BAZIN, TOMO II, 1956
1732	COMEÇOU A REMODELAÇÃO DO FORRO E DAS MADEIRAS	FORRO E MADEIRA		SERAFIM LEITE.1945
1734	CONCLUIU A A REMODELAÇÃO DO FORRO E DAS MADEIRAS			SERAFIM LEITE.1945
1739	HOUVE DECORAÇÃO ARTISTICA NA PARTE INTERNA DA IGREJA E COLÉGIO	ESTATUAS DE CEDRO, PINTURAS	SE ENRIQUECEU COM IMAGENS E OBJETOS	SERAFIM LEITE.1945
1745	AMPLIAÇÃO DA PARTE POSTERIOR DA CAPELA-MOR			BAZIN, TOMO II, 1956
1759	EXPULSÃO DOS JESUÍTA		DECRETO DO MARQUES DE POMBAL	SERAFIM LEITE.1945
1796	INAUGURAÇÃO DO SEMINÁRIO DE OLINDA		DOADO PELA RAINDA D. MARIA I	MENEZES, 2018
1800	D. AZEREDO DE COUTINHO DETERMINOU A REABERTURA		16 DE FEVEREIRO DE 1800	MENEZES, 2018
1938	TOMBAMENTO DA EDIFICAÇÃO: COLÉGIO E IGREJA		17 DE MAIO DE 1938, PELO IPHAN	MENEZES, 2018
1973	FEZ PARTE DO PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO DA FUNDARPE		COM SUPERVISÃO DO IPHAN	MENEZES, 2018
1978	CONCLUIDA A RESTAURAÇÃO		FEITO POR JOSÉ L. M. MENEZES	MENEZES, 2018
2015	FECHADO POR PROBLEMAS NA COBERTA E PISO		MUDANÇA TEMPORÁRIA DO SEMINÁRIO PARA A VARZEA	MENEZES, 2018
2018	COMEÇOU A REFORMA QUE TINHA COMO OBJETIVO INICIAL 8 MESES		INCENTIVO DA LEI ROUANET	MENEZES, 2018
2021	AINDA ESTÁ INTERDITADO A ENTRADA			

Fonte: Autoria própria

ANEXO B - Regras da revista

Revista História UNICAP- Diretrizes:

- São aceitos para a publicação somente trabalhos originais inéditos, e que não esteja sendo avaliado para publicação em outra revista.
- Os artigos e textos podem ser redigidos em português, inglês ou espanhol.
- A revista *História Unicap* aceita artigos de História e disciplinas afins, informes parciais de pesquisa em desenvolvimento, documentos e entrevistas inéditos, resenhas críticas, comunicações de dissertações e teses e notas relativas a eventos.

São aceitos artigos de:

- pós-graduados (mestres, doutores e pós-doutores) e pós-graduandos (mestrado e doutorado).
- graduandos, graduados (inclusive com especialização) apenas em co-autoria com seus orientadores-pesquisadores doutores.

Importante:

[*] A *História Unicap* não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos pelos autores.

[*] O envio espontâneo de qualquer submissão implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Universidade Católica de Pernambuco.

Recomendações:

[*] *Extensão*: o texto deverá ter extensão máxima de 20 a 25 páginas, com espaçamento de 1,5, incluídas referências bibliográficas e notas. O título (no idioma original e em Inglês) devem conter no máximo 240 caracteres incluindo espaços.

[*] *Imagens*: se o artigo contiver imagens fotográficas e/ou desenhos gráficos, esses deverão ser encaminhados em formato original (.jpeg, .png, .tiff) e em arquivos separados (não inseridos no interior do próprio texto), com resolução mínima de 300 dpi. No arquivo referente ao texto, deverá ser indicado através da inserção das legendas (no idioma do artigo e também em inglês, o local aproximado onde devem ser inseridas as figuras, gráficos, tabelas e/ou quadros.

[*] *Citações*: as citações no interior do texto devem obedecer às seguintes normas:

a. Um autor: (CABRAL, 2014, p. 11-14);

b. Dois autores: (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2005)

c. Três ou mais autores: (MAIA *et al.* 2009)

d. Trabalhos com o(s) mesmo(s) autor(es) e mesma data devem ser distinguidos por letras minúsculas logo após a data. Ex: (MOREIRA, 2009a) (MOREIRA, 2009b);

Apresentação das citações:

1. Citações com menos de três linhas deverão ser incorporadas ao texto entre aspas;

2. Citações com mais de três linhas deveram ser apresentadas em parágrafo isolado, com espaçamento simples entre as linhas, corpo de 11 pt e recuo de 4 cm da margem esquerda do texto.

Notas de rodapé:

As notas de rodapé devem ser usadas de forma parcimoniosa. Somente são permitidas notas de rodapé explicativas e não são permitidas notas que contenham apenas referências. Estas deverão estar listadas, ao final do texto, no item "Referências".

Não utilize as expressões *op. cit*; *ibid*; *ibidem*; *id*; *idem*

Não utilize a expressão *apud*, dê preferência pelo emprego da expressão *in*;

A matéria dos originais deverá conter, na seguinte ordem:

I. *Título do texto*: Título no idioma do artigo e em inglês. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o título em Português. Com no máximo 240 caracteres com espaço;

II. *Resumos*: no idioma do artigo e em inglês, em um único parágrafo, com até 20 linhas, acompanhado de três palavras-chave. Nos casos em que o artigo é escrito em inglês ou espanhol, solicita-se também a apresentação de resumo e palavras-chave em português.

III. *Texto completo do artigo*: formatado em Times New Roman, 12 pt, espaçamento 1,5, em formato de arquivo *Word for Windows*.

IV. *Referências*: as referências bibliográficas e de outra natureza devem ser listadas ao final do texto, em ordem alfabética, em 12 pt, espaçamento simples, como nos modelos abaixo:

Artigos em periódico:

Ex: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um Missionário entre a História e a Glória dos Altares. *Projeto História*, v. 41, 2010, p. 155-194.

Artigos relativos a eventos:

CABRAL, Flavio José Gomes. Revolução pernambucana de 1817: ideias e projetos de estado no norte da América portuguesa. In: I Congreso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, Mendoza, 2013. *Anais...* Mendoza: Guaymallén/Universidad Nacional de Cuyo, p. 1-10.

Livros:

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: Novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

Capítulos de livro:

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da Casa dos Mortos: Projetos e Sociabilidades Prisionais (a Casa de Correção de Porto Alegre no século XIX). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org.). *Sociabilidades, justiça e violências*: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: Editora da UFRGS/Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008, p. 57-88.

Teses e dissertações:

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

Citações de Sites e textos eletrônicos:

SOBRENOME, Nome(s). Título do texto. Ano de publicação. Disponível em: <http://...>, Acesso em: dd/mm/aaaa.

Jornais e revistas, órgãos e instituições:

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Folha de São Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 12 nov. 2000.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. Os arquivos para submissão estarão em formato Microsoft Word ou RTF.
3. - Título no idioma do artigo e em inglês. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o título em Português;
- Resumo em até 20 linhas acompanhado de pelo menos três palavras-chave;
- Abstract em Inglês, acompanhado de pelo menos três key words. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o resumo em Português acompanhado de três palavras-chave;
- Texto completo do artigo, escrito em Times New Roman, 12 pt, com espaçamento de 1,5;
- Figuras, tabelas, quadros e gráficos devem incluir legenda no idioma do artigo e em Inglês. As tabelas e ilustrações devem ser enviadas em seus arquivos originais (.jpeg, .png, .tiff) e em arquivos separados (não inseridos no interior do próprio texto), com resolução mínima de 300 dpi.
4. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação Cega por Pares*.
5. As citações de mais de 3 linhas devem ser digitadas em parágrafo isolado, com espaçamento simples entre as linhas, corpo de 11 pt e recuo de 4 cm da margem esquerda do texto;
6. Inserir as notas do texto em fonte (tipo) Times New Roman (não usar sublinhado e usar itálico só para grafia de palavras estrangeiras), em corpo 9 pt, com espaçamento simples entre as linhas. As notas devem ser colocadas no pé de página, em modo de impressão (devem ficar visíveis na página).

As notas devem ser utilizadas como elemento explicativo e não para dar lugar às referências, que deverão estar apenas no item referências, ao final do texto.

7. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
8. Referências

São consideradas referências somente as obras mencionadas no interior do texto.

As referências devem ser digitadas em fonte Times New Roman, em corpo 12 pt, com espaçamento simples entre as linhas e organizadas em ordem alfabética.

As referências, no fim do trabalho, devem ter os dados completos e seguir as normas para trabalhos científicos que estão publicadas no site da revista. cada referência deve ocupar um parágrafo e deve estar separada por um espaço simples.

Exemplos:

Artigos em periódico

Ex: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um Missionário entre a História e a Glória dos Altares. *Projeto História*, v. 41, 2010, p. 155-194.

Artigos relativos a eventos

CABRAL, Flavio José Gomes. Revolução pernambucana de 1817: ideias e projetos de estado no norte da América portuguesa. In: I Congreso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, Mendoza, 2013. *Anais...*Mendoza: Guaymallén/Universidad Nacional de Cuyo, p. 1-10.

Livros

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

Capítulos de livro

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da Casa dos Mortos: Projetos e Sociabilidades Prisionais (a Casa de Correção de Porto Alegre no século XIX). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org.). *Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008, p. 57-88.

Teses e dissertações

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

Citações de Sites e textos eletrônicos

SOBRENOME, Nome(s). Título do texto. Ano de publicação. Disponível em: <http://...>, Acesso em: dd/mm/aaaa.

Jornais e revistas, órgãos e instituições

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Folha de São Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 12 nov. 2000.

1. Informes de pesquisa

Os informes de pesquisa deverão resultar de uma investigação baseada em dados empíricos e com metodologia específica. Os informes parciais deverão obedecer à mesma formatação exigida para a publicação de artigos e concentrar-se entre 6.000 a 10.000 caracteres com espaço. Já os informes finais, atendidas as especificações para "artigos", deverão se limitar entre 15.000 a 20.000 caracteres com espaço.

Em ambos os casos, a Comissão Editorial dará preferência para as contribuições relacionadas à proposta temática do Dossiê.

2. Entrevistas

A revista poderá publicar entrevistas realizadas com professores e/ou pesquisadores, teóricos e indivíduos que possam contribuir para discussões sobre temáticas relacionadas à área de seu enfoque temático, com preferência para o tema proposto pelo Dossiê. As contribuições deverão conter na seguinte ordem: 1. título da entrevista (português ou espanhol) e em inglês; 2. data e local da entrevista; 3. identificação do entrevistado, com breve referência de informações biográficas e trajetória profissional; 4. identificação do(s) auto(es), com respectiva (titulação e instituição). O texto deverá concentrar-se entre 30.000 e 60.000 caracteres com espaço, assim como obedecer às especificações gerais de formatação observadas para a publicação de artigos.

3. Documentos

A seção destina-se a publicar transcrições comentadas de fontes documentais com significativa relevância para a temática abordada pelo dossiê. No caso de documentos na íntegra, as contribuições deverão observar os critérios e normativas da diplomática. Em ambos os casos, deverão conter uma apresentação geral da fonte, sua contextualização, possibilidades de uso e de enfoque, sua localização (país, cidade, instituição e fundo arquivístico), estado de conservação e deverão ser acompanhados de 3 a 5 palavras-chave (português ou espanhol) e inglês. Os documentos poderão ser apresentados em (português ou espanhol).

4. Resenhas

As resenhas destinam-se à descrição, ao exame e ao julgamento de obra recente (não mais que 2 anos depois do lançamento da última edição) relacionada à área temática da revista. Deverão ser elaboradas de modo impessoal, contendo posicionamento de ordem técnica diante do objeto de análise, seguido de um resumo do conteúdo e possível demonstração de sua importância. Essas contribuições deverão obedecer às mesmas especificações/orientações para os artigos e situar-se entre 6.000 a 10.000 caracteres com espaço. Os textos deverão conter a referência bibliográfica no início e, em folha precedida ao texto; se for o caso, título no idioma original da resenha (português ou espanhol) e em inglês, nome e dados profissionais (instituição e titulação), bem como endereço eletrônico (e-mail).